



**CONTRIBUIÇÕES PARA A ECONOMIA
CRIATIVA DE BASE TERRITORIAL: UM
QUADRO ANALÍTICO MULTIDIMENSIONAL**

**CONTRIBUTIONS TO TERRITORIAL-BASED CREATIVE
ECONOMY: A MULTIDIMENSIONAL ANALYTICAL FRAMEWORK**

CONTRIBUIÇÕES PARA A ECONOMIA CRIATIVA DE BASE TERRITORIAL: UM QUADRO ANALÍTICO MULTIDIMENSIONAL

CONTRIBUTIONS TO TERRITORIAL-BASED CREATIVE ECONOMY: A MULTIDIMENSIONAL ANALYTICAL FRAMEWORK

Adriano Pereira de Castro Pacheco¹ | Elcio Gustavo Benini²

Recebimento: 19/01/2024
Aceite: 19/11/2024

¹ Doutor em Administração (UFMS).

Docente na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande - MS, Brasil.

E-mail: adrianopcastro@gmail.com

² Doutor em Educação (UFMS).

Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande - MS, Brasil.

E-mail: elciobenini@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo coloca em perspectiva a relação entre a economia criativa e território. O objetivo é estabelecer um quadro analítico multidimensional para a elaboração do conceito de economia criativa de base territorial. O percurso metodológico compreendeu o levantamento de dados primários junto às iniciativas de economia criativa e solidária da cidade de Campo Grande/MS. Os dados foram coletados inicialmente por meio de questionário e aprofundados utilizando-se entrevistas nos casos selecionados. Por fim, recorreu-se à análise de conteúdo com apoio de redes semânticas para articular a totalidade dos dados e informações obtidos. Os resultados propõem um constructo para a compreensão da economia criativa a partir das dinâmicas e fluxos do território, apoiando-se essencialmente nas dimensões simbólico-cultural, econômica e político-institucional.

Palavras-chave: Economia Criativa. Territórios Criativos. Redes Híbridas.

ABSTRACT

This article puts into perspective the relationship between the creative economy and territory. The goal is to establish a multidimensional analytical framework for the development of the concept of a territory-based creative economy. The methodological approach involved collecting primary data from creative and solidarity economy initiatives in the city of Campo Grande/MS. Data were initially gathered through a questionnaire and later deepened using interviews with selected cases. Finally, content analysis supported by semantic networks was employed to articulate all the data and information obtained. The results propose a construct for understanding the creative economy based on the dynamics and flows of the territory, relying primarily on symbolic-cultural, economic, and political-institutional dimensions.

Keywords: Creative Economy. Creative Territories. Hybrid Networks.

INTRODUÇÃO

O início do século XXI colocou em perspectiva as profundas transformações da economia mundial, notadamente com a intensificação de crises econômicas, políticas e democráticas, agravadas pela ascensão do movimento hegemônico das economias de mercado e efeitos deletérios das políticas neoliberais. O mesmo período colocou também em perspectiva a fragilidade das instituições no cenário de correlação de forças motivando diferentes áreas do conhecimento a repensarem propostas alternativas para uma nova agenda endereçada ao desenvolvimento economicamente sustentável (Dardot; Laval, 2017).

Recentemente, o papel dos territórios nas discussões sobre desenvolvimento regional tem alcançado significativa projeção em razão de sua interdisciplinaridade, multiescalaridade e multidimensionalidade (Etges, 2022), características que se somam a um amplo processo de revisitação epistêmico-metodológica, resultante da ação de múltiplos atores e operadores territoriais, bem como, de transformações históricas e socioterritoriais (Dallabrida *et al.*, 2023).

Esse processo de transformações estruturais trouxe à baila novas discussões sobre modelos de desenvolvimento regional a partir das chamadas economias de transição, dentre as quais a economia criativa, solidária, colaborativa, ecológica etc., estabelecendo em seu bojo novos paradigmas relacionados aos sistemas produtivos, além de novos modelos de organização do trabalho no contexto de sociedade em rede (Harvey, 2008; Furtado, 1998; Castells, 2000; Santos, 2000; Yudice, 2004; Reis, 2008; Miguez, 2009; Oliveira *et al.*, 2013; Dardot; Laval, 2017).

Nesse limiar, a Economia Criativa (EC) tem obtido relativo destaque por ser intensiva em um recurso intangível e abundante: a criatividade (Bendassoli *et al.*, 2000; Pacheco *et al.*, 2018a, 2018b). As interpretações teóricas sobre o tema perpassam os mais diferentes matizes e crises epistêmicos: indústrias criativas (Hartley, 2005; Unctad, 2009; Unesco, 2013; Madeira, 2014; Bendasolli *et al.*, 2016); economia criativa (Howkins, 2001; Brasil, 2012; Leitão, 2015; Guilherme, 2020); cidades, territórios e polos criativos (Comunian, 2011; Landry, 2011; Reis, 2011; Lima, 2017; Closs; Oliveira, 2017; Leitão; Guilherme, 2019) dentre outros termos que circunscrevem este objeto de estudo no arcabouço literário nacional e internacional.



Este modelo econômico, teoricamente apoiado em elementos simbólicos e intangíveis, tem promovido amplo debate teórico-conceitual em uma complexa plataforma de discursos e políticas que versam sobre sua compreensão e estabelecimento enquanto efetiva estratégia de desenvolvimento. Ocorre que as discussões em torno deste modelo econômico têm sido frequentemente invocadas no contexto das cidades e dos territórios, razão pela qual começa-se a vislumbrar um modelo de EC que está diretamente relacionado à dimensão simbólica, econômica e ao contexto político-institucional que se articulam no território.

De igual modo, sabe-se que a ideia de desenvolvimento é complexa e multidimensional. A cultura, por exemplo, é parte integrante do processo de desenvolvimento regional. Nesse espectro, tem-se que a economia criativa é uma das variáveis que integram a dimensão cultural, que também é componente do patrimônio territorial, entendido este como uma construção expressa nas dimensões social, econômica, natural, cultural, institucional e intelectual (Dallabrida, 2020; Dallabrida *et al.*, 2023; Carniello; dos Santos; Pimenta, 2023).

Assim, o argumento central deste artigo é que se existem territórios criativos, certamente existe uma economia criativa de base territorial, onde cultura e criatividade devem ser vistas como vetores econômicos e sociais do desenvolvimento regional e territorial (Comunian, 2011; Landry, 2011; Brasil, 2012; Closs *et al.*, 2014; Closs; Oliveira, 2017; Pacheco *et al.*, 2017; Pacheco; Benini, 2018; Leitão; Guilherme, 2019; Guilherme, 2020; Pacheco, 2023; Carniello; dos Santos; Pimenta, 2023).

Pelo argumento exposto, o trabalho recorre ainda às teorias da geografia que discutem a categoria-conceito território com a finalidade de constituir o mote analítico-interpretativo deste artigo, particularmente nas contribuições de Haesbaert (2004, 2007, 2017) e Santos (2000, 2002, 2008); e ancilarmente, Raffestin (1993), Souza (2009), Saquet (2009, 2018), Dallabrida *et al.*, (2023) dentre outros.

Assim, o presente artigo objetiva estabelecer um quadro analítico multidimensional para a elaboração do conceito de economia criativa de base territorial a partir do exame das relações entre território e economia criativa. O percurso metodológico compreendeu a realização da pesquisa-diagnóstico “Redes Híbridas de Cultura: cartografia relacional da economia criativa e solidária em Campo Grande” e a seleção de casos múltiplos para o aprofundamento da análise. Os dados foram



coletados inicialmente por meio de questionário e aprofundados utilizando-se entrevistas nos casos selecionados. Por fim, recorreu-se à análise de conteúdo com apoio de redes semânticas para articular todas os dados e informações obtidos.

A partir das considerações supramencionadas, a exposição da pesquisa inicia-se com uma breve apresentação conceitual sobre a economia criativa, recorrendo ao pensamento de Celso Furtado – entendido como uns dos pioneiros em articular economia, cultura e desenvolvimento endógeno – assim como sobre a evolução semântica que o termo foi acumulando no plano institucional. Na sequência, colocando o território em perspectiva teórica, explorou-se as convergências de vários autores do campo da geografia e do desenvolvimento regional – em que pese suas diferentes bases de sustentação epistêmicas – com o objetivo de enriquecer a construção do conceito de economia criativa a partir do território, reconhecendo nele a tese de incompletude cognitiva-epistêmica e a necessidade de novas proposições teórico-metodológicas (Paes de Paula, 2016; Dallabrida *et al.*, 2023). Logo após, o leitor encontrará os procedimentos e método de análise dos dados obtidos no campo empírico. Por fim, faz-se a discussão sobre a proposta de uma economia criativa de base territorial a partir de elementos constituidores, bem como, as considerações finais.

1. A ECONOMIA CRIATIVA: UM CONCEITO EM ECLOSÃO E DISPUTA EPISTÊMICA

Como antevisto pelo economista brasileiro Celso Furtado (1984), deveríamos “começar a indagar as relações que existem entre a cultura como sistema de valores e o processo de desenvolvimento das forças produtivas, entre a lógica dos fins, que rege a cultura, e a dos meios, razão instrumental inerente à acumulação” (Furtado, 1984, p. 31). Ao fazê-lo, Furtado prenunciava o advento de uma agenda de desenvolvimento endógeno pautada nas forças criativas de uma nação (Pacheco; Benini, 2018).

De modo pragmático, a Economia Criativa (EC) compreende setores cuja origem da geração de valor econômico está na criatividade, no conhecimento e no talento individual e coletivo que possuem potencial para criação de riqueza e empregos através da geração e exploração de ativos criativos, à exemplo da propriedade intelectual, direitos autorais e demais recursos tecnológicos e intangíveis (Howkins, 2001; Reis, 2008; Hartley, 2005; Unctad, 2010).



Ainda que as discussões sobre o tema tenham início em meados de 1990, cabe destacar um marco importante na definição deste conceito e que remete ao ano de 2009, quando a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD, lançou, juntamente com a Unidade Especial para Cooperação Sul do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o trabalho de maior repercussão na literatura internacional, intitulado *Creative Economy Report*, em um esforço de cooperação mútua para compreensão e organização sistêmica do panorama dos países desenvolvidos e suas categorizações para o desenvolvimento das indústrias e EC (Unctad, 2010; Pacheco; Benini; Mariani, 2018).

Paralelamente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, indexou ao entendimento da indústria e EC um conteúdo focado em elementos essencialmente voltados à simbologia, diversidade cultural e ao desenvolvimento social, além de setores de apoio como educação e turismo (Unesco, 2013).

De modo geral os relatórios da UNCTAD e UNESCO contribuíram para a formação de uma memória discursiva fundamental no campo teórico da EC. Não como um discurso fundador, cuja origem transita no interior da literatura inglesa e australiana, mas um discurso tradutor que produziu momentos fundantes e que organizou espaços de uma memória institucional relevante para os demais estudos organizacionais da EC, ainda que essas proposições sejam classificadas como liberais (Pacheco; Benini; Mariani, 2018).

A partir da intensificação do tema em escala internacional, o Brasil funda no ano de 2011 a primeira tentativa discursiva de pactuação da EC: o Plano da Secretaria da Economia Criativa (SEC). Vale dizer, contudo, que outros esforços institucionais locais também foram realizados no contexto Brasil – à exemplo do Termo de Referência de atuação do Sistema Sebrae na EC e também o Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil, do sistema da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2019) –, que orbitam conjuntamente no arcabouço teórico transdisciplinar de apoio à implementação de políticas e ao desenvolvimento da EC brasileira.

A implementação do Plano da Secretaria de Economia Criativa (SEC), do Ministério da Cultura, deu-se por meio da conjugação de ações e diretrizes estratégicas que buscaram fomentar políticas de desenvolvimento para o setor, apoiadas em vetores micro e macroeconômicos, dentre eles: Territórios



Criativos, Marcos Legais, Fomento à Empreendimentos Criativos, Fomento à criação de Redes e Coletivos com competências no campo da Economia Criativa entre outros (Brasil, 2012).

O referido Plano - em que pese a profusão de interpretações sobre o tema – conceituou a EC da seguinte forma: “a economia criativa é, portanto, a economia do intangível, do simbólico. Ela se alimenta dos talentos criativos, que se organizam individual ou coletivamente para produzir bens e serviços criativos”, cuja dinâmica de existência é dada a partir de uma cadeia de geração de riqueza compreendendo: criação, produção, difusão e consumo (Brasil, 2012, p. 24).

Ou seja, o elemento caracterizador desta economia é a sua dimensão simbólico-intangível, que se alimenta do talento criativo (conhecimento, saberes, fazeres etc.) para a produção de bens e serviços, conferindo-lhe valor, em um mercado com dinâmica de funcionamento que desconcentra modelos tradicionais e, ainda, passa a respeitar princípios de inclusão social, inovação e sustentabilidade (Brasil, 2012).

Feita esta breve digressão da EC, a tabela 1 apresenta alguns conceitos que circunscrevem o tema na literatura recente:

Tabela 1 | Algumas definições de Economia Criativa (EC)

Definições	Autoria
No contexto da EC apresentada nesta pesquisa, à luz de posicionamentos teóricos contra-hegemônicos, os símbolos são compreendidos como incrustados no território e, portanto, no tecido da própria sociedade.	Pacheco (2023)
A economia criativa surge a partir das identidades locais, do povo, introjetada de simbologia, considerando a imensidão da diversidade cultural brasileira. A economia criativa brasileira deve ser vista sob a lógica dos fins, cooperando para o surgimento de uma agenda de transformação social, que tem em seu constructo multidimensional o seu mote.	Pacheco; Benini (2018a, 2018b)
No plano discursivo, a Economia Criativa não deve limitar-se a reprodução de experiências anglo-saxãs, intensivas em indústrias de <i>copyright</i> ; antes, deve contornar-se de uma estrutura fundamentada na diversidade, simbologia e na produção de riqueza inclusiva e equitativa.	Pacheco; Benini Mariani (2018)
A economia criativa encontra apoio nas discussões centradas nos territórios, vez que as comunidades são reais provedoras de ativos simbólicos, intangíveis e criativos, com forte relação com o setor de serviços, notadamente o turismo local.	Pacheco; Benini; Mariani (2017)

Os setores criativos são todos aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço, e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica. “[...] seus insumos principais são a criatividade e o conhecimento [...] são aqueles cuja geração de valor econômico se dá basicamente em função da exploração da propriedade intelectual [...] vão além dos setores denominados como tipicamente culturais, ligados à produção artístico-cultural (música, dança, teatro, ópera, circo, pintura, fotografia, cinema), compreendendo outras expressões ou atividades relacionadas às novas mídias, à indústria de conteúdos, ao *design*, à arquitetura entre outros”.

Ministério da Cultura (2012)

Diferentemente da economia tradicional “taylorista”, a economia criativa se caracteriza pela abundância e não pela escassez, pela sustentabilidade social e não pela exploração de recursos naturais e humanos, pela inclusão produtiva e não pela marginalização de indivíduos e comunidades.

Leitão (2015)

A “economia criativa” é um conceito em evolução, baseado em ativos criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento econômico. Ela pode estimular a geração de renda, criação de empregos e a exportação de ganhos, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano. Ela abraça aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com objetivos de tecnologia, propriedade intelectual e turismo. É um conjunto de atividades econômicas baseadas em conhecimento, com uma dimensão de desenvolvimento e interligações cruzadas em macro e micro níveis para a economia em geral. É uma opção de desenvolvimento viável que demanda respostas de políticas inovadoras e multidisciplinares, além de ação interministerial. No centro da economia criativa, localizam-se as indústrias criativas.

Unctad (2010)

Fonte: elaborado pelos autores

De todo modo, não se pretende nesta breve seção esgotar a totalidade dos conceitos que se referem a temática da economia e indústrias criativas, tampouco, suas inclinações e contradições enquanto vetor de desenvolvimento econômico. Antes, objetivou-se traçar um breve panorama que abre liminar para compreensão da EC a partir das potencialidades do território, ou seja, uma economia criativa de base territorial.



2. O TERRITÓRIO EM PERSPECTIVA

O território pode representar muitas coisas: prática e significado, constituindo-se a partir de redes e relacionamentos tecidos por meio de seus atores; representação funcional, simbólica, identitária e múltipla (Raffestin, 1993); uma rede social (Castells, 1999); a forma de organização da sociedade com a natureza e formas de coordenação entre atores sociais, econômicos e políticos (Abramovay, 2000); espaço produtivo estratégico para a nação (Furtado, 1998); espaço de desenvolvimento de sistemas produtivos e inovativos (Cassiolato; Lastres, 2005); como estrutura socioterritorial em que suas partes se interrelacionam (Dallabrida, 2020) dentre outros significados.

Para Haesbaert (2004), o território compreende o somatório da identidade cultural, componentes naturais, culturais, históricos e econômicos. Está ligado a interdependências específicas da vida econômica, não podendo ser definido meramente como localização das atividades. A singularidade do território, notadamente do ponto de vista econômico, está enraizada em ativos (incluindo práticas e relações) que não estão disponíveis em outros lugares e que não podem ser facilmente ou rapidamente criadas ou imitadas em lugares que não as têm.

O autor chama atenção para a “necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido”, ou seja, híbrido entre sociedade e natureza, podendo ainda ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder e instituições (Haesbaert, 2004, p. 79-80).

Em outra frente, Souza (2009, p.59) lembra que território “[...] é, em primeiríssimo lugar, poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil”. Isso reforça a perspectiva delineada neste trabalho, qual seja, da possibilidade de se realizar, de forma articulada ao contexto territorial, uma análise institucional comparativa sob os pilares do Estado (neo)liberal e do sistema de equilíbrio de poder.

Para prosseguirmos em direção à articulação proposta neste artigo, importa mencionar que as economias apoiadas na dimensão simbólica também o são nos territórios, de acordo com seu processo de formação. O território responde ainda às demandas/necessidades dos agentes que lhe são afeitos, coexistindo tensões e relações de domínio e controle, enraizadas por questões de caráter político, ideológico e econômico (Raffestin, 1993).



Abre-se aqui um limiar para trazer ao debate o conceito de patrimônio territorial, concebido como “o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental” (Dallabrida, 2020, p.12). O patrimônio territorial é composto de múltiplas dimensões, sendo uma delas a cultura. Por sua vez, a dimensão cultural possui componentes centrais na compreensão do desenvolvimento territorial, sendo um destes componentes a economia criativa (Carniello; dos Santos; Pimenta, 2023).

De modo geral, no território são vivenciadas experiências fortemente vinculadas a um quadro territorial específico de “pertencimento” (a um bairro, distritos, assentamentos, uma região etc.). E, visando promover a articulação entre a economia criativa e territórios faz-se necessário também esmiuçar o contexto estético e simbólico dos territórios em sua dimensão subjetiva e simbólica.

Certamente a compreensão de território é demasiada complexa para ser largamente explanada neste artigo, porquanto implique um adequado detalhamento das redes que o constituem (com seus nós, arestas, centralidades etc.). De todo modo, para o argumento de pesquisa delimitado na introdução deste artigo, a exposição aqui realizada parece suprir, sem excessos, as pretensões teórico-metodológicas da proposta em curso.

Somam-se às interpretações teóricas até aqui trazidas, a inegável contribuição da geografia econômica de Milton Santos (2002). Ao abordar a temática territorial, o autor advoga que território não é apenas

[...] um conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas sobrepostas, o território pode ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 2002, p.15).

Ou seja, o território é multidimensional, possui múltiplas relações entre natureza, economia, política, cultura e interfere diretamente nas demais estruturas da sociedade. Ainda, o território é resultante de uma construção social que compreende as relações de poder (Raffestin, 1993). As formações sociais resultantes do e no território, portanto, moldam as práticas econômicas indissociáveis da dimensão cultural.



No nível de político-institucional e conseqüentemente na relação com o território, argumenta Santos (2000, p.144): “gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada”. Ou seja, a EC fundamentada no simbólico o é, também, no território. Está, portanto, mediada por elementos materiais e imateriais, além das relações biossociais (culturais, sociais, espirituais etc.) e também das relações de poder e contradições.

Daí que pensar o advento de uma EC intensiva em símbolos, gestada à luz da dimensão do território, requer a compreensão dos movimentos e contramovimentos recorrentes no interior da sociedade e no ambiente institucional e, que a partir dessas “metamorfoses”, seja igualmente gestada uma produção local que resulte do encontro “do engenho humano com um pedaço determinado da natureza [...], permitindo que essa relação seja fundada nas virtualidades do entorno geográfico e social, de modo a assegurar a restauração do homem em sua essência” (Santos, 2000, p.165).

Em tom contributivo, Santos (2008, p.47) advoga que: “o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi”. Invariavelmente os constructos debatidos no artigo em curso reconhecem a importância de processos estruturantes de um modelo de desenvolvimento econômico mais orgânico e socialmente justo a partir de um território autossustentável ou que se insira minimamente neste horizonte.

A sociedade contemporânea dispõe de uma oferta simbólica heterogênea que entrecruza identidades, territórios, territorialidades e modos de vida (Canclini, 2011). Essas territorialidades são imersas em símbolos e reproduzidas em outros espaços, interconectando-os em uma escala mais ampla de fluxos (Haesbaert, 2007). Ora, considerando que a EC é aquela introjetada do simbólico (Pacheco *et al.*, 2017; Pacheco; Benini, 2018), parece sintomático, portanto, que ela esteja igualmente imersa na dimensão territorial, tendo cultura e criatividade como variáveis constituidoras (Carniello; dos Santos; Pimenta, 2023).

3. REDES SEMÂNTICAS

Partindo do pressuposto de que as estruturas orientadas para a EC fundam-se em uma economia não-mercantil prévia, bem como o fato de compartilharem mais adequadamente características com o setor de serviços do que com o setor industrial, pode-se concluir que são constituídas por complexas redes sociais, o que fatalmente exclui abordagens tradicionais de organizações industriais (Kirschbaum *et al.*, 2009).

Nesse contexto, esta pesquisa teve abordagem qualitativa e tipo descritivo-exploratório, com a utilização de multimétodos. Para a coleta de dados, inicialmente fundamentou-se em análise de dados de dados primários coletados junto à 63 iniciativas atuantes em diferentes setores da economia criativa da cidade de Campo Grande (MS), por meio de aplicação de questionários. Após, recorreu-se ao estudo de casos múltiplos por meio de entrevistas.

O levantamento inicial foi denominado “Redes Híbridas de Cultura: cartografia relacional da economia criativa e solidária em Campo Grande”. Optou-se pela aplicação de questionário, organizado em blocos, com vistas à obtenção de informações sobre as iniciativas que operam nos setores da economia criativa e solidária na cidade de Campo Grande/MS, bem como sua caracterização social e econômica; setores de atuação; atividades produtivas; participação em redes; processos criativos; participação em políticas públicas; articulação territorial-institucional e demais aspectos de gestão de cada iniciativa participante.

As iniciativas foram triadas a partir de consulta às base de dados Sistema Municipal de Indicadores Culturais de Campo Grande e Mapas Culturais de Mato Grosso do Sul, compreendendo trabalhadores da cultura, artistas de todos os setores, empreendedores criativos, empresas de produção cultural e entretenimento, coletivos, associações, fundações e outras pessoas físicas ou organizações com atuação no contexto cultural da cidade de Campo Grande/MS. Além da identificação da iniciativa e caracterização socioeconômica, o questionário aplicado dedicou um bloco específico para compreensão das relações entre economia criativa e o território, conforme Quadro 1:



Quadro 1 | Processos criativos e articulação territorial

Descrição	Objetivo e articulação teórica
Processos Criativos e Articulação territorial (inspiração/motivação dos processos de criação, percepção do valor cultural-econômico para a cidade, relações com o cotidiano e aspectos simbólicos do território, articulação entre os profissionais do mesmo setor, articulação com instituições públicas e privadas, fontes de financiamento, construção de objetivos comuns e práticas colaborativas)	Compreender o ciclo criativo e produtivo dessas iniciativas, bem como identificar se existe articulações em torno de um “comum” entre elas, bem como as conexões com os ideais de colaboração, solidariedade e associativismo

Fonte: elaborado pelos autores

Nesse sentido, a totalidade dos dados levantados, assim como a descrição das entrevistas constituíram o *corpus* de análise (entidades/conceitos), correlacionados de acordo com o contexto e categorias sintetizadas no quadro 1, os quais também apresentam-se como resultados da pesquisa, por se tratar de uma proposição teórico-metodológica nova para o campo da economia criativa de base territorial.

3.1. DA ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS A PARTIR DAS REDES SEMÂNTICAS

A partir das respostas do questionário (Processos Criativos e Articulação Territorial), procedeu-se à categorização, sistematização e análise dos dados coletados, valendo-se da análise de conteúdo (Bardin, 2002). Semelhantemente, para apoiar cada uma das etapas da análise de conteúdo, particularmente as implicações teóricas, utilizou-se o *software* Atlas.TI.

No exercício interpretativo dos resultados, verificou-se que a utilização de redes semânticas poderia ajudar a clarificar as relações entre as iniciativas analisadas com vista à identificação de elementos comuns quanto ao objeto de estudo. As redes semânticas atuam como recurso de apoio à análise de conteúdo.

Uma rede semântica corresponde a um conjunto de elementos conectados que compõem uma rede utilizando palavras, frases, entidades ou conceitos, que se encontram relacionados pelos seus significados. No mesmo sentido, a rede semântica pode ser definida como “um sistema para representar o conhecimento imbuído de intenção de funcionalidade e estabelecido pelo contexto. Uma rede semântica é composta por palavras, conceitos ou entidades com significado semântico e seus relacionamentos” (Grilo *et al.*, 2017, p.95). Assim, as categorias utilizadas a partir da literatura foram: relações sociais, instituições e relações no/com território.



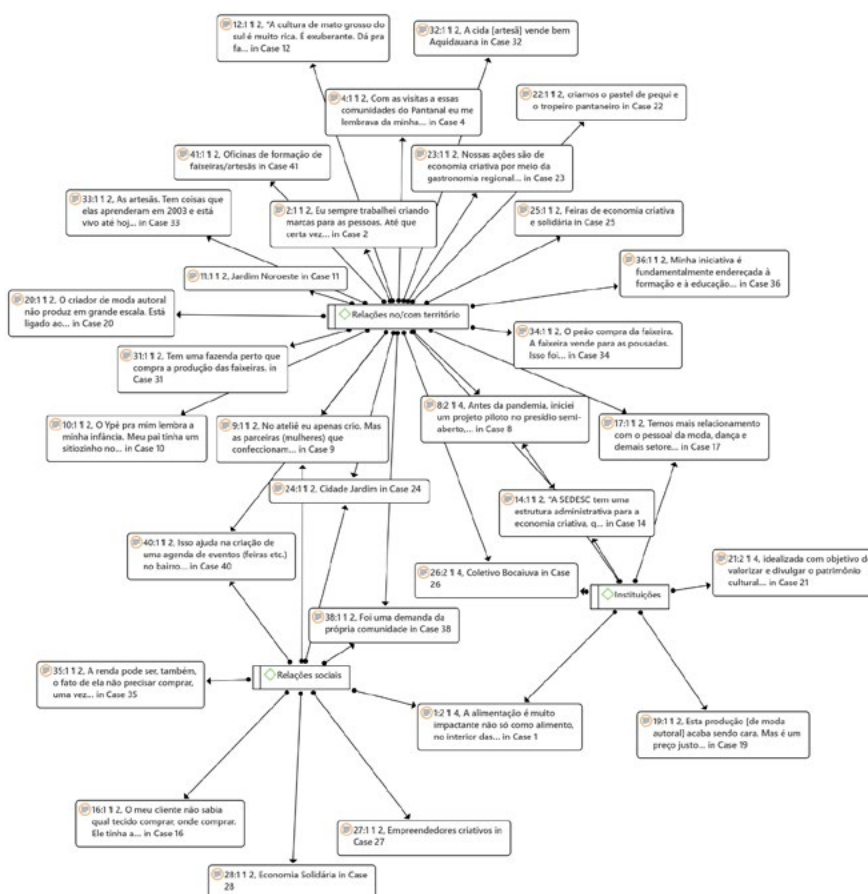
4. DEFININDO A ECONOMIA CRIATIVA DE BASE TERRITORIAL

4.1 RELAÇÕES NO E COM O TERRITÓRIO

Essa dimensão talvez seja, para o interesse particular deste artigo, a de maior representatividade. Isso porque a compreensão da EC de base territorial perpassa a compreensão do próprio território (como fronteira, ocupação, povoamento, signos da vida cotidiana, produto histórico-relacional-material, multidimensional etc.) e suas territorialidades (como relações de poder, alteridades, relações biossociais, econômicas, políticas etc.).

Ancilarmente, coloca-se em marcha a importância do território para a compreensão da EC enquanto fenômeno constituído pelo simbólico, pelos elementos constitutivos e estruturantes que provêm da natureza, da tradição, do patrimônio, das identidades, do cotidiano e das relações sociais e econômicas que são moldadas no território.

Figura 1 | Rede semântica da dimensão territorial dos casos múltiplos



Fonte: elaborado pelos autores no Atlas TI (2022)



Na figura 1, podem ser observadas relações entre as iniciativas analisadas e que se conectam por meio da categoria-conceito território. Falar de relações no e com o território implica, necessariamente, falar de relações sociais de poder, como prefere Raffestin (1993), e de um somatório de componentes identitários, culturais, histórico e econômicos (Saquet, 2009). Com efeito, pode-se constatar que as iniciativas analisadas possuem relações perenes com as comunidades e atores que circunscrevem o ciclo criativo. Tem-se, de partida, que a EC de base territorial é, por extensão, uma EC vinculada à multiterritorialidades. Isso porque a vocação econômica dessas iniciativas está enraizada em práticas e relações singulares do território e que não estão disponíveis em outro lugar, ou ao menos não podem ser facilmente criadas ou imitadas (Haesbart, 2004).

Um outro aspecto a ser enfatizado a partir das redes semânticas é a conexão entre iniciativas locais no e com o território com o desenvolvimento endógeno, como defendido por Furtado (1984), no qual se observa uma lógica orientada por valores, no caso, simbólicos e culturais. Com efeito, ao se incorporar elementos simbólico-culturais do território com práticas econômicas, ou ainda, ao conferir potencialidades econômicas às práticas culturais que são endógenas ao território, promove-se a institucionalização de identidades regionais e/ou territoriais, o que por sua vez tende a reforçar a coesão social das relações e laços estabelecidos, assim como projetar a criatividade como recurso simbólico-econômico inesgotável do território.

4.2 Características da Economia Criativa de base territorial: estabelecendo um conceito

Ao propor uma rede semântica entre as categorias que compõem as dimensões simbólica, econômica e institucional – concebidas à luz do referencial teórico e dos achados empíricos – podemos constatar que a EC pode ser melhor concebida no conceito de território-rede, ou seja, onde relações e práticas socioeconômicas dão o mote de sua dimensão simbólico-identitária: “territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (Haesbaert, 2007, p. 280).

Essa constatação somente foi possível mediante acesso ao substrato empírico dos casos múltiplos, com suas particularidades, vivências, experiências, narrativas etc. Ora, se a noção de redes implica fluxos e conectividade, ou ainda, “um conjunto de nós interconectados” (Castells, 2000), parece sintomático conceber modelos econômicos que se pretendem alternativos à luz das

interconexões (política, social, cultural) reveladas no próprio território. Por sua vez, esses fluxos decorrem de movimentos desencadeados no interior do ambiente institucional: políticas públicas, crises sociais, rupturas institucionais etc.

Há, nessa esteira, uma ambivalência móvel-dinâmico do território que precisa ser considerada

Numa concepção reticular de território ou, de maneira mais estrita, de um território-rede, estamos pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um ‘conjunto de pontos e linhas’, numa perspectiva euclidiana; mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a ‘superfície’ territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão (‘ação à distância’, como destaca Machado, 1998) e ‘profundidade’, relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo) que muitos concedem ao território enquanto território-zona num sentido mais tradicional (Haesbaert, 2004, p. 286-87).

A Figura 1 pretende clarificar a EC enquanto fenômeno constituído de múltiplas relações no e com o território, compreendidos nele as dimensões simbólica, econômica, institucional e os movimentos no próprio território. Obviamente, ao explorar essas múltiplas relações, chega-se às complexas relações de poder, à produção de novas territorialidades. Como bem lembra Saquet (2018, p.489) “cada lugar precisa, assim, ser pensado como específico numa rede de lugares conexos territorialmente”.

O conjunto de falas, imagens, observações, documentos codificados e categorizados a partir da articulação teoria-empíria, coloca em perspectiva a importância de se considerar a tênue relação entre sujeitos e suas práticas no espaço-tempo, os mediadores materiais e imateriais, as identidades culturais, as redes locais-regionais, bem como seus fluxos e referenciais simbólicos, elementos fundantes da dimensão econômico-territorial da EC.

Ora, se o território e rede não são dicotômicos e “significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (Haesbaert, 2004, p. 280) tem-se que o território-rede promove, a um só tempo, a desterritorialização e a reterritorialização, porquanto mobilize em seu interior a complexidade de relações e contradições: dos sujeitos historicamente interligados a experiência total do espaço, portanto, um processo de apropriação simbólica e funcional, e outra ligada às lógicas (agentes) dominantes, os da territorialização sem a efetiva territorialidade.

Dessa forma, se o território é resultante de uma construção social e de representações simbólicas (Raffestin, 1993), também o é da própria produção econômica e, portanto, da EC. A partir disso, articulando-se as dimensões simbólica, a econômica e institucional ao território, chega-se ao seguinte esquema analítico da EC de base territorial (Figura 2):

Figura 2 | Proposição analítica multidimensional da EC de base territorial



Fonte: elaborado pelos autores (2022)

Preliminarmente, a dimensão simbólica é determinante da produção de valor na EC, afinal, o modelo teórico defendido nesta tese é o de que a EC corresponde à economia intensiva em símbolos, no intangível. Com efeito, toda a produção econômica (bens e serviços) assenta-se nessa dimensão.

A dimensão simbólica, como já explanado, pode ser representada pelo somatório de ideias, inspirações, identidades, patrimônio (material, imaterial e natural), história, tradições, representações, sentidos, cotidiano etc. A produção na EC é igualmente fruto da inventividade e da habilidade humana em

gerar/criar coisas que possuem valor econômico em rede. Há uma singularidade nessa habilidade de criar. Um talento que pode ser utilizando individual ou coletivamente.

Já no nível econômico sabe-se que o contexto simbólico possui centralidade. Portanto, o nível correspondente à dimensão produtiva somente alcança sentido econômico se o for a partir de das relações sócio-históricas concebidas pelos sujeitos dessa produção. Os afetos, sentidos, representações etc., devem ser vistos como princípios fundantes da produção econômica, incrustado nas relações no/ com o território.

No mesmo sentido, a dinâmica econômica no campo da EC deve, igualmente, estar assentada em ações e princípios que primem pela colaboração no território e na geração de riqueza descentralizada e justa. No mesmo sentido, as iniciativas que operam no chamado ciclo criativo devem assegurar que questões de apelo socioambiental sejam observadas ao longo de todo o processo produtivo: da criação ao consumo.

No nível político-institucional e conseqüentemente na relação com o território, faz-se necessário rememorar Santos (2000, p.144): “gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada”. Ou seja, a EC fundamentada no simbólico o é, também, no território. Está, portanto, mediada por elementos materiais e imateriais, além das relações biossociais (culturais, sociais, espirituais etc.) e também das relações de poder e contradições.

O nível institucional reúne os elementos que influenciam mutuamente as demais dimensões. Nele, manifestam-se as tensões de classe e principalmente, a disputa pelo poder político-institucional do Estado (e conseqüentemente da implementação e condução das políticas públicas), razão pela qual não é possível pensar a EC enquanto estratégia de desenvolvimento a partir dos territórios sem considerar o contexto político-institucional.

Ou seja, a EC de base territorial corresponde a uma economia introjetada de componentes simbólico-culturais e resulta dos fluxos, redes e interações político-institucionais no contexto de território como espaço híbrido. Trata-se, portanto, de uma economia criativa territorializada, multiescalar, multidimensional, material e imaterial. Tem-se, portanto, como resultados, que a EC nos moldes aqui propostos, possui as seguintes características:



Quadro 2 | Características da Economia Criativa de base territorial

DIMENSÕES	CARACTERÍSTICAS
Dimensão simbólico-cultural	Produção de bens e serviços criativos intensivos em símbolos, compreendendo: ideias, inspirações, identidades, patrimônio, história, representações, sentidos, tradições, cotidiano etc. As iniciativas que atuam na produção simbólico-cultural tendem ao resgate de aspectos substantivos, observando memórias, trajetórias e vivências que dão sentido à cidade e ao território.
Dimensão econômica	A dinâmica econômica na EC de base territorial possui lógica própria: um <i>mix</i> de formalidade-informalidade, iniciativas com estruturas organizacionais não-convencionais (grupo informais, coletivos, microempreendedores etc.); relações de trabalho e de produção sem um modelo pré-definido e relativa dependência do contexto institucional. O ciclo produtivo (ou criativo) implica colaboração, articulação, inovação e inclusão social, além da, tão cara, sustentabilidade. Os negócios inscritos nos setores criativos possuem sinergias e convergem em muitas frentes, à exemplo da utilização de técnicas e processos de produção e trabalho mais justos, orgânicos e sustentáveis.
Dimensão político-institucional	Corresponde ao nível com significativa importância nos fluxos, movimentos e contramovimentos no território. Nessa dimensão, a ideia de conjuntura (sociais, econômica etc) ganha importância face às tensões entre sociedade civil, Estado e mercados. O poder político-institucional do Estado fica em constante disputa, o que interfere diretamente no papel redistributivo e na implementação e condução de políticas públicas.

Fonte: elaborado pelos autores (2022)

Aliás, como mencionado, todas as dimensões integram-se mutuamente, em particular, pelo caráter político do território “no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os micropoderes, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações” e também por “seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor- redistributivo” (Haesbaert, 2004. p. 76).

Não se pode esquecer, portanto, que a sobredita EC que se pretende de base territorial à vista de um modelo inclusivo de desenvolvimento deve observar em seu horizonte aquilo que Santos (2000) nominou como produção local com integração solidária:

Trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica. A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum (Santos, 2000, p. 109-110)



Frise-se, contudo, que a sobredita proposição endereçada à reflexão analítica da EC de base territorial (Figura 2 e Quadro 2) não se pretende generalizante, inobstante as inúmeras possibilidades de articulação e composições no contexto do próprio território, entendido este como espaço complexo por meio do qual todas as relações se desenvolvem. Questões como por exemplo a governança e as relações de poder, requerem aprofundamentos, abstrações e interações empíricas ainda mais particularizadas face às dimensões e conceitos propostos.

Sendo assim, a cultura, elemento central do patrimônio territorial, emerge como dimensão estratégica na ampliação e compreensão do sentido epistemológico do desenvolvimento regional. Ou seja, uma proposta que articula diretamente território (e suas dimensões produtivas, à exemplo da economia criativa) e desenvolvimento. Tem-se, portanto, que o desenvolvimento de uma EC de base territorial decorre do reflexo das relações estabelecidas no cotidiano, cujo substrato cultural influencia as dinâmicas sociais, que por sua vez se concretizam nas relações de produção no território, atrelando o homem à sua dimensão simbólica e substantiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo advoga que a economia criativa deve ser compreendida a partir de especificidades e elementos singulares que constituem o patrimônio cultural de uma nação, os quais somente podem ser adequadamente visualizados no território. Trata-se de uma economia imersa nas relações histórico-sociais e do cotidiano, portanto, no e com o território. Especificamente o trabalho propôs-se, à guisa de contribuição teórico-metodológica, dimensões analíticas que dão o mote interpretativo e relacional da economia criativa, notadamente: a dimensão simbólico-cultural, a dimensão político-institucional e a dimensão econômica. Com efeito, os fluxos e as múltiplas relações entre essas dimensões reverberam no contexto territorial, à luz dos movimentos e contramovimentos da sociedade e também de mediadores materiais e imateriais.

E ainda, os referenciais da produção criativa são calcados em realidades histórico-regionais, portanto, igualmente territoriais; as articulações de solidariedades e reciprocidades coexistem, muito embora encontrem alguma resistência face às interações e dinâmicas sociais do contexto institucional; e o advento de iniciativas inscritas nos setores da EC potencializam formas produtivas



alternativas no território.

Forçoso considerar, entretanto, que o avanço do modo de produção capitalista em sua fase financeirizada, informacional e neoliberal também colocou em marcha lógicas distintas de apropriação simbólica e a produção no território. Ao passo que terra, recursos naturais e respectivos mediadores materiais e imateriais são essenciais à vida humana; de outro lado vê-se contingências territoriais distintas e contraditórias que também produziram quebras de solidariedade e reciprocidade entre os próprios indivíduos. Um desafio a ser superado pelas propostas que se pretendem libertárias, emancipadoras e socialmente justas.

Para pesquisa futuras, sugere-se o enfretamento da questão ocupacional da economia criativa com vistas à compreensão dos processos de trabalho que envolvem as classes e os profissionais criativos no contexto de território, bem como suas contradições frente aos imperativos do empreendedorismo e da precarização das relações de trabalho.



REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n.2, p. 379-397, 2000.
- BRASIL. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações**. Ministério da Cultura. 2012. Disponível em: <<https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>>. Acesso em 03.05.2023.
- BENDASOLLI, P. F. *et al.* Compreendendo as indústrias criativas. In: KIRSCHBAUM, C. *et al.* (coord). **Indústrias Criativas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 24-35.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2011.
- CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J.; PIMENTA, C. A. M. Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial: A dimensão cultural e seus componentes. **Desenvolvimento em Questão**, v. 21, n. 59, p. e14521, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.14521>. Acesso em: 1 nov. 2024.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política. **São Paulo Perspectiva**, v. 19, n.1, p.34-45, jan./mar. 2005.
- CASTELLS, Manuel. **Fim de Milênio. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**, vol. 3. São Paulo: Paz e terra, 2000.
- CLOSS, L.; OLIVEIRA, S.R. de. Economia criativa e territórios usados: um debate baseado nas contribuições de Milton Santos. **Cad. EBAPE.BR** [online]. 2017, vol.15, n.2, pp.349-363
- COMUNIAN, R. Rethinking the Creative City: The Role of Complexity, Networks and Interactions in the Urban Creative Economy. **Urban Studies**, v. 48, n. 6, p. 1157-1179, 2011.
- DALLABRIDA, V. R. (Org). **Governança territorial e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: editora Garamond, 2011.
- DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul. 2020.
- DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L.; BAGGIO, D. K.; BRUM, A. L.; CARNIELLO, M. F.; MUELLER, A. A.; ANDRADE, A. A. V. de; GUMIERO, R. G.; DENARDIN, V. F.; ROTTA, E.; MENEZES, E. C. de O. Proposta Epistêmico-Teórico-Metodológica referenciada no Patrimônio Territorial: Apresentação do dossiê. **Desenvolvimento em Questão**, v. 21, n. 59, p. e14866, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.14866>. Acesso em: 1 nov. 2024.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Echalar, Mariana. São Paulo: Editora Boitempo, 2017. 647
- ETGES, V.E. Desenvolvimento Regional – A região importa?. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 18, N. 1, p. 313-319, jan-abr/2022.
- FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: < <https://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa.pdf>>.
- FURTADO, C. **Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, C. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GRILO, M. et al. Robustness in semantic networks based on cliques. **Physical A**, v. 472, p. 94–102, 2017.
- GUILHERME, L. L. **Cidades Criativas**. 1. ed. Salvador: UFBA, Escola de Administração; Superintendência de Educação à Distância, 2020. v. 1. 63p.



HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi- territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgrafia**. n. 17, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 3. ed. São Paulo: Contexto. 2017.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. Edições Loyola: São Paulo, 2008.

HARTLEY, J. (Ed.). **Creative Industries**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

HOWKINS, J. **Economia Criativa – como ganhar dinheiro com ideias criativas**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2001.

KIRSCHBAUM, C.; PINA e CUNHA, M.; WOOD Jr. Indústrias Criativas e sua relevância para a Ciência da Administração. In: WOOD JR., T. et al. (Coord). **Indústrias criativas no Brasil**. São Paulo: Atlas, FGV-EAESP, 2009.

LANDRY, C. The Creativity City Index. **City, Culture and Society**, v. 2, p. 173-179, 2011.

LEITÃO, C. S. Indústrias criativas x economia criativa: compreendendo a disputa entre modelos de desenvolvimento com base em Celso Furtado. In: **Brasil, Sociedade em Movimento**. Souza, P. de (org.). 1ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

LEITÃO, C. S.; GUILHERME, L. L. Patrimônio cultural, turismo e economia criativa: uma oportunidade para as cidades brasileiras. Patrimônio cultural e economia criativa nas cidades brasileiras. **Revista do IPHAN**, v. 40, p. 05-394, 2019.

LIMA, S. M. S. Polos Criativos: lugares de desenvolvimento. In: OLIVEIRA et al., (Org.). **Arranjos produtivos Locais e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

MADEIRA, M. G. **Economia Criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira**. FUNAG: Brasília, 2014.

MIGUEZ, P. Os estudos entre economia da cultura e economia criativa. In: KIRSCHBAUM, C. et al (coord). **Indústrias Criativas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, J. M. de; ARAUJO, B. C. de; SILVA, L. V. **Panorama da Economia Criativa no Brasil**. Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

PACHECO, A. P. C.; BENINI, E. G. Desenvolvimento da Indústria Criativa brasileira a partir dos Pontos de Cultura. **Políticas Culturais em Revista**. Nº 1. V.8, 2015.

PACHECO, A.P.C.; BENINI, E.G.; MARIANI, M.A.P. La Economía Creativa en Brasil – el desarrollo del turismo local en el pantanal sur de Mato Grosso. **Estudios y Perspectivas em Turismo**. v.26, n.3, p.678-697, 2017.

PACHECO, A.P.C.; BENINI, E.G. A Economia Criativa em organizações intensivas em símbolos - uma análise da Rede MS de Pontos de Cultura. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural** (online), v. 16, p. 353-366, 2018a.

PACHECO, A. P. C.; BENINI, E.G. . A Economia Criativa em época de crise: o desenvolvimento endógeno brasileiro na obra de Celso Furtado. **Revista de Economia Política**, v. 38, p. 324-337, 2018b.

PACHECO, A. P. C.; BENINI, E.G ; MARIANI, M. A. P. . **O discurso global da economia criativa - frameworks para o desenvolvimento econômico**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 14, p. 134-147, 2018.

PACHECO, A. P. C. A imaginação move a cidade: o papel da Lei Aldir Blanc nas iniciativas de cultura e economia criativa em Campo Grande, MS. **Interações (Campo Grande)**, n.24, v.3, p. 1057–1071, 2023. <https://doi.org/10.20435/inter.v24i3.3829>.

PAULA, A. P. P. Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 24-46, Jan./Mar. 2016.



RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, A. C. F (org.). **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. Itaú Cultural: Garimpo de Soluções. São Paulo, 2008.

REIS, A.C.F. **Cidades criativas: perspectivas**. Ana Carla Fonseca Reis, Peter Kageyama, (orgs.). - São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

SANTOS, M. **Território e Sociedade**, 2ªed. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2000.

SANTOS, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 15ªed.São Paulo: Record, 2008.

SAQUET, M.A. A renovação da geografia: a construção de uma teoria de território e de territorialidade na obra de Jean Gottmann, **Revista da ANPEGE**, v. 5, 173-187, 2009.

SAQUET, M.A. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. In: SAQUET, M. A. **Estudos territoriais na ciência geográfica**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, M.A. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 20, p. 479-505, 2018.

SOUZA, M. J. L. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

UNCTAD. **Relatório de Economia Criativa**. Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento viável. UNCTAD. Nações Unidas, 2010.

UNESCO. **Creative Economy Report: widening local development pathways**. Brasília: UNESCO, 2013.

YUDICE, G. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

